

2015

Avaliação dos cursos Vocacionais

(doc. síntese)

Anos letivos 2012/13, 2013/14 e 2014/15



INTRODUÇÃO

Para o sucesso do cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos foi desde logo entendido que deveria ser estabelecido um conjunto de medidas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono. Entre essas medidas, criadas pelo Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto, destacam-se as novas ofertas educativas que foram criadas com o objetivo de tornar efetivo o cumprimento da frequência dos alunos, assegurando a inclusão de todos no percurso escolar, em especial daqueles que revelam um trajeto escolar indiciador de maior dificuldade de integração nas ofertas existentes. Tendo em vista este objetivo, estabeleceu-se uma nova oferta ajustada aos interesses vocacionais e profissionais dos alunos — os Cursos Vocacionais. Estes cursos passaram a ser oferecidos tanto nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, como no ensino secundário. Em simultâneo, promoveu-se uma orientação vocacional para permitir um aconselhamento que conduza os jovens a uma escolha mais consciente.

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, as Portarias n.º 292-A/2012, de 26 de setembro, e n.º 276/2013, de 23 de agosto, criaram as experiências-piloto de oferta dos Cursos Vocacionais nos ensinos básico e secundário. O desenvolvimento destes cursos em todas as escolas foi acautelada através de um modelo de acompanhamento criado pelos despachos n.º 13441/2012, de 15 de outubro e n.º 12223/2013 de 25 de setembro, que foi mantido até à existência de dados e estudos nacionais ou internacionais que mostrem ser esta uma oferta ajustada ao futuro de parte dos nossos alunos no contexto nacional e que permitam adequar esta oferta às necessidades evidenciadas pela experiência.

Uma das características que distingue os Cursos Vocacionais de outras ofertas é a da obrigatoriedade de existência de parcerias formalizadas em protocolos entre a escola que promove o curso e as empresas que irão acolher os alunos para que estes cumpram as horas previstas de Prática Simulada (no Ensino Básico) e de Estágio (Ensino Secundário). Assim, progressivamente, ao longo destes três anos, tem-se vindo a trabalhar de forma a estreitar a ligação entre as escolas e o mundo social, cultural e empresarial envolvente. Foram estabelecidas parcerias com variadíssimas empresas que necessitam de uma resposta concreta em termos de recursos humanos futuros com uma determinada qualificação específica. Mais recentemente, com o alargamento da experiência ao Ensino Secundário, onde os currículos são desenhados de modo a proporcionar uma dupla certificação, tem-se vindo a intensificar a articulação com o sector empresarial e com as instituições de Ensino Superior, por forma a criar novos

cursos em áreas relevantes e a adaptar os currículos destes cursos, introduzindo atividades formativas e conteúdos considerados mais adequados, de modo a corresponder às necessidades dos alunos.

Contribui-se deste modo para o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades que permitam uma melhor preparação dos alunos para o prosseguimento de estudos ou para a sua integração no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, contribui-se para colmatar necessidades de técnicos e assim apoiar o desenvolvimento do país.

A forte adesão ao ensino vocacional, tanto das escolas como das empresas e das instituições de ensino superior, tem-se firmado através de parcerias que têm contribuído para o desenvolvimento destes cursos. O número de empresas que se tem associado a estes cursos tem vindo a crescer. Cada vez mais empresas se têm mostrado interessadas em assinar protocolos com o MEC, de forma a garantir uma maior sustentabilidade de cursos em sectores de atividade relevantes para o desenvolvimento económico do país. Tudo isto permite avaliar o valor que esta oferta poderá continuar a ter no futuro, tanto na empregabilidade dos jovens como no desenvolvimento de vários sectores de atividade no nosso país.

O contributo das empresas tem sido muito variado, destacando-se tanto pequenas empresas, que acompanham de forma muito personalizada os jovens, como grandes empresas, de que são exemplos a EDP, a ALSTOM e a SONAE, que têm vindo a alargar a sua colaboração a vários locais, com a possibilidade de a estenderem a todo o espaço nacional.

Acompanhamento da Experiência-Piloto

Estando ainda em curso o desenvolvimento desta experiência no ensino básico, desde o ano letivo de 2012-2013, e no ensino secundário, desde o ano letivo de 2013-2014, com uma forte e crescente aposta por parte das escolas, que têm uma grande flexibilidade de ação, desenvolveram-se mecanismos de recolha de informação das experiências dos cursos implementados e de análise de dados. Foram progressivamente tiradas conclusões e estabelecidas medidas que permitiram melhorar a implementação destes cursos. Exemplos disso são os protocolos estabelecidos com os Institutos Politécnicos e a constituição de redes de cursos em alguns sectores estratégicos, tanto para as empresas, como para as prioridades nacionais (p. ex. rede de cursos no sector das redes elétricas ou na área do mar), bem como uma cada vez mais estreita articulação com as autarquias. Importa salientar

ainda que várias empresas reforçaram uma colaboração mais alargada no desenvolvimento dos cursos vocacionais assinando protocolos com o MEC. Nestes protocolos são definidos os termos e as condições em que ambas as partes se propõem colaborar nos próximos anos, alargando a oferta a mais zonas do País onde existam necessidades identificadas de técnicos nas áreas de atividade de cada uma daquelas empresas.

Acompanhamento e análise de dados

A nível interno, após se registar uma grande evolução no número de cursos propostos por escolas e por empresas, que manifestaram interesse junto do MEC em formar parcerias em áreas que consideram relevantes, o acompanhamento da Experiência-Piloto passou a ter que ser feito de forma mais sustentada. Para esse efeito, no final do segundo ano de existência destes cursos, o grupo de acompanhamento diligenciou junto da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), uma plataforma informática — McVocacionais — criada especificamente para o acompanhamento destes cursos. Desde janeiro de 2014, as escolas registam aí informação detalhada sobre os cursos vocacionais, tanto no que refere aos alunos como no que refere às empresas com quem estabeleceram protocolos. Regularmente, são elaborados relatórios descritivos com dados que permitem realizar análises mais aprofundadas que se têm vindo a mostrar essenciais ao longo da experiência-piloto, à semelhança do *Relatório de Monitorização (DGEEC)*, relativo aos anos letivos de 2012-2013 a 2014-2015, recentemente publicado no sítio da DGEEC.

Simultaneamente, em abril de 2014 iniciou-se um estudo com a finalidade de avaliar o impacto da implementação destes cursos, quer do ponto de vista da sua eficácia, tendo em vista o objetivo que se propunha alcançar, quer no que diz respeito à sua organização. A análise realizada incidiu sobre os dados disponíveis até setembro de 2014 e refere-se aos cursos em funcionamento nos anos 2012-2013 e 2013-2014, num universo de 495 cursos de ensino básico e de 20 de ensino secundário. O resultado desta análise está vertido no relatório da Comissão de Avaliação dos Cursos Vocacionais.

ANÁLISES INTERNACIONAIS

O Memorando estabelecido com a República Federal da Alemanha veio já proporcionar, nos diversos momentos dos intercâmbios estabelecidos, um melhor conhecimento dos dois sistemas de ensino e uma troca de experiências entre estes dois países a nível do ensino vocacional, permitindo ter, deste modo, uma maior consciência das potencialidades destes cursos.

Simultaneamente, vários estudos internacionais têm feito referências positivas às medidas adotadas no ensino profissionalizante em Portugal, com destaque para a implementação dos cursos vocacionais e às suas características, designadamente no que se refere aos objetivos, ao público-alvo, à articulação e à participação das empresas e de outras entidades nos cursos, e ainda à flexibilidade dada para o desenvolvimento dos cursos.

Entre os que destacam as **novas medidas de política educativa em Portugal e a sua implementação**, temos, por exemplo, o estudo da OCDE “Education Policy Outlook 2015”, publicado em janeiro de 2015, o estudo conjunto da rede Eurydice e do Cedefop “Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures”, publicado em novembro de 2014, o estudo “Dual Education: a bridge over troubled waters?”, desenvolvido pelo ICF International a pedido da Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu e publicado em junho de 2014, e o “Education and Training Monitor 2014”, publicado em outubro de 2014, pela Comissão Europeia.

Outro tema que mereceu destaque nos estudos e análises internacionais é o da **relevância dos cursos vocacionais para a redução do abandono escolar das ofertas que incluem, no currículo, componentes de cariz vocacional**. Para além dos estudos acima indicados, há ainda a referir o “**Early leaving from vocational education and training – Portugal**”, publicado pelo Cedefop em 2013, pela incidência sobre o caso específico de Portugal.

OECD Skills Strategy: Relatório de diagnóstico Portugal, Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures e Dual Education: a bridge over troubled waters? destacam o esforço que Portugal tem feito no sentido de garantir um melhor **alinhamento entre as aptidões dos jovens e as necessidades do mercado de trabalho**, nomeadamente no âmbito das ofertas

tuteladas pela educação. Para esse alinhamento destaca-se a importância da **orientação vocacional** e da **permeabilidade entre ciclos de estudos e ofertas**.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS VOCACIONAIS

Como já referido, em abril de 2014 iniciou-se um estudo realizado por uma comissão externa com a finalidade de avaliar o impacto da implementação destes cursos. A análise realizada incidiu sobre os dados disponíveis até setembro de 2014 focando-se nos cursos em funcionamento até essa data, num universo de **495** cursos de ensino básico e de **20** de Ensino secundário. Uma vez que há objetivos e exigências muito distintas nas ofertas dos Cursos Vocacionais do Ensino Básico e dos Cursos Vocacionais do Ensino Secundário, na leitura e análise deste relatório há que ter em conta o universo restrito de alunos abrangidos em 2014, constituído por 11 474 alunos, em que apenas 413 são do ensino secundário, com a participação de cerca de 5 000 empresas, quando comparado com o universo de **27 375** alunos (em que 2671 são dos cursos vocacionais do ensino secundário que em 2014-2015 foram abrangidos neste projeto e de **12191** protocolos entretanto assinados com empresas e com as instituições do ensino superior).

O MEC salienta que, mesmo que em alguns pontos a análise já não se encontre atualizada ao ano de 2015, o relatório realça pontos fortes e pontos a ter em conta, verificando-se que algumas tendências nele apontadas não se vieram a concretizar num universo mais alargado.

Fazendo uma **avaliação global e final**, a Comissão *“considera que a experiência-piloto dos cursos vocacionais é francamente positiva, responde globalmente aos objetivos para que foi criada, e deve ter continuidade. Esta conclusão é sobretudo válida para os cursos vocacionais do ensino básico atendendo ao facto de não haver ainda dados para se poder fazer uma análise mais objetiva no que se refere ao secundário. Todavia, e como seria de esperar, parece haver espaço para melhorias e alguma reflexão sobre alguns aspetos específicos. Em particular nos cursos vocacionais secundários, dado o facto de em 2013/14 terem funcionado apenas 20 turmas e de esta avaliação ter sido realizada a meio da duração de 2 anos destes cursos, a Comissão não dispõe de informações que lhe permitam, com segurança, emitir uma opinião objetivamente fundamentada, carecendo de uma análise no final do ano letivo 2014/15, ano em que concluem os cursos os primeiros alunos. Assim, a avaliação é necessariamente preliminar. A avaliação realizada é positiva no que se refere ao funcionamento dos cursos ao longo deste ano. Sendo necessário ter em conta que estes alunos poderiam não estar no sistema e que esta oferta aparece como estratégia de implementação da escolaridade obrigatória, chama-se ainda assim a atenção para a*

aparentemente elevada taxa de desistências ao longo deste primeiro ano. Será importante perceber se resulta de uma má seleção inicial dos alunos para uma oferta formativa ainda pouco conhecida (até pela necessidade de atingir um número mínimo de alunos para poder abrir uma turma), ou de os alunos não encontrarem nos cursos a resposta à sua falta de motivação ou às suas dificuldades anteriores.¹

Salienta-se que, de facto, quanto às taxas de desistência, estudos posteriores realizados pela DGEEC apuram que, em setembro de 2014, o total de alunos registados como em abandono (independentemente da idade) era de 46 num universo de 413 alunos, mas no final de julho de 2015 esse número tinha sido reduzido para 26 (redução de 44%), fruto de informação adicional recolhida pelos coordenadores.

No mesmo sentido, é salientado no relatório que *“Relativamente ao impacto na motivação dos alunos, na promoção do sucesso escolar e na redução do abandono escolar, a opinião dos pais é relativamente positiva, com cerca de um terço a afirmar que os filhos estão mais motivados para ir para a escola. Quando questionados sobre o prosseguimento de estudos, 83% dos alunos do básico dizem que pretendem continuar a estudar e apenas 6% diz que não o pretende fazer. Mesmo entre os alunos do secundário, há 54% a declarar que pretende continuar a estudar.”²*

São apontados neste relatório como pontos fortes o facto de se verificar nesta oferta que, tanto o abandono como o insucesso são inferiores aos registados nas outras ofertas formativas do mesmo ciclo e ainda, que o contacto destes jovens com as empresas numa idade mais precoce tem permitido que os pais sintam que os seus filhos estão mais motivados para a escola, que são mais apoiados pelos professores, aprendem melhor e que a maioria das empresas reconhece os benefícios atuais e futuros de colaborarem com as escolas.

São também salientados neste relatório aspetos positivos quanto à adequabilidade desta oferta tendo em vista os objetivos a que se propõe, à sua qualidade tanto ao nível dos conteúdos escolares como da formação ministrada pelas empresas, bem como à articulação que se pretende construir entre as escolas e as empresas.

É destacado, na adequabilidade desta oferta, que os professores, os próprios alunos e os seus pais/EE consideram a componente prática e a ligação com as empresas fatores importantes para motivar os alunos e para os aproximar do mercado do trabalho.

¹ Do relatório da comissão de avaliação

² Do relatório da comissão de avaliação

Cerca de metade dos professores que respondeu ao inquérito considera esta nova oferta muito ou muitíssimo adequada ao público-alvo e apenas 16% considera que não é adequada. No entanto, a comissão refere que, na comparação da adequação da oferta dos cursos vocacionais do Básico com os Cursos de Educação e Formação (CEF), os professores se dividem na opinião. As razões não são conhecidas, não se sabendo se têm em conta os vários fatores inerentes ao novo contexto de uma escolaridade obrigatória de 12 anos, designadamente: os cursos vocacionais poderem ser frequentados por alunos mais novos de forma a mais precocemente serem colmatadas dificuldades e atrasos nos percursos; em se centrarem em mais áreas (três áreas vocacionais diferentes); os cursos estarem estruturados em módulos ao invés de em disciplinas e anos letivos; os cursos terem como principal objetivo estimular para um mais completo prosseguimento de estudos, ou se por não conduzirem a uma qualificação profissional (no caso do ensino básico).

Quanto à qualidade da oferta educativa, é referido que *“A enorme maioria dos alunos e dos pais considera que as aulas das várias componentes correram bem e que os estágios ou atividades de prática simulada também correram bem.”*³

Relativamente à articulação entre escolas e empresas, é feita referência às parcerias estabelecidas com mais de 5000 empresas em dois anos, ao facto de os estágios e de as práticas simuladas que ocorreram ao longo deste período de tempo terem funcionado bem, de os tutores que responderam ao inquérito fazerem uma avaliação positiva da colaboração com a escola e de cerca 70% dos alunos e dos seus pais/EE considerarem que os estágios/prática simulada correram bem ou muito bem.

Quanto a **recomendações**, o relatório apela a uma reflexão em determinados pontos:

- 1 - Sugere um número próximo dos 20 alunos por turma tendo em conta as características específicas dos alunos destes cursos;
- 2 – Refere que a articulação dos planos curriculares com os referenciais de formação do nível IV do Quadro Nacional de Qualificações introduz alguma rigidez, que não parece ser do agrado nem dos professores, nem das empresas;
- 3 - Sublinha a necessidade de garantir que todas as escolas têm psicólogos disponíveis, não só para o processo de seleção e encaminhamento dos alunos, mas também para o seu acompanhamento ao longo do ano;

³ Do relatório da comissão de avaliação

4 – Destaca a importância de as escolas acautelarem os critérios de seleção dos alunos candidatos aos cursos;

5 – Sugere uma troca de experiências e de boas práticas entre coordenadores e professores dos cursos vocacionais; e a um maior trabalho na divulgação destes cursos junto das empresas, de modo a aumentar a receptividade destas ao estabelecimento de parcerias com as escolas.

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO – DGEEC

Com dados mais atualizados, e tendo em conta o final do ano letivo, o grupo de acompanhamento está agora em condições de fazer o balanço quanto à tendência nos níveis de abandono (agregando números do *Relatório de Monitorização*):

Ensino Básico

Ano de início do curso	2012/13	2013/14	2014/15
Total de alunos com situação registada	279	10840	17476
Alunos em abandono ou risco de abandono	16	766	807
A/RA (%)	5,7%	7,1%	4,6%

A percentagem de alunos em abandono ou em risco de abandono no **ensino básico em 2014/15 está abaixo dos 5%**, tendo passado de 7,1% em 2013/14 para 4,6%. De notar que qualquer destas duas taxas deverá vir a verificar ainda uma pequena descida após consolidação das estatísticas oficiais, pois alguns dos alunos, que são reportados pelos coordenadores dos cursos como estando em abandono ou excluídos por faltas, vêm a ser encontrados posteriormente noutra oferta.

Ensino Secundário

Ano de início do curso	2013/14	2014/15
Total de alunos com situação registada	419	1599
Alunos em abandono ou risco de abandono	6	30
A/RA (%)	1,4%	1,9%
Saídas (fora da escolaridade obrigatória)	20	195
	4,8%	12,5%

A observação feita acima é ainda mais pertinente no ensino secundário, pois há alunos que optam por outras ofertas no IEPF sem que os coordenadores tenham disso conhecimento. De notar ainda que, em setembro de 2014, o total de alunos registados como em abandono (independentemente da idade) era de 46 mas no final de julho de 2015 esse número tinha reduzido para 26 (redução de 44%) fruto de informação adicional recolhida pelos coordenadores. Caso o mesmo se venha a passar com os números dos abandonos dos cursos iniciados em 2014/15, então é expectável que a taxa global de abandono nesses cursos venha a ser análoga à de 2013/14 quando considerados os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, ou seja, inferior a 1,5%, e inferior a 7% quando se reportar a saídas do curso de alunos com mais de 18 anos.

Quanto aos níveis de sucesso regista-se, no ensino básico, em 2013/2014, já com universo significativo de alunos, uma melhoria relativamente a 2012/2013, passando de 74,3% em 2012/13 para 79,0% em 2013/14.

No ensino secundário ainda só é possível ter apurada a taxa de sucesso escolar do primeiro ano letivo em que estes cursos funcionaram (2013/14), onde se registou uma taxa de 84,3%.

Sendo esta uma oferta dirigida a alunos com um histórico marcado pelo insucesso escolar e pela desmotivação pelo estudo, estes resultados podem considerar-se especialmente promissores.

Ensino Básico

Ensino Secundário

Ano de início do curso	2012/13	2013/14	Ano de início do curso	2013/14
Total de alunos com situação registada (excluindo transferências e emigração/regresso ao país de origem)	265	10134	Total de alunos com situação registada (excluindo transferências e emigração/regresso ao país de origem)	396
Conclusões/transições	197	8008	Conclusões/transições	334
Sucesso escolar (%)	74,3%	79,0%	Sucesso escolar (%)	84,3%

Nos cursos ativos em 2014-2015, o *Relatório de Monitorização* assinala 12 191 empresas envolvidas por Classificação de Atividades Económicas (CAE) e nível de ensino do Curso Vocacional para o qual assinaram protocolo. A dimensão destas varia de pequenas empresas (de 1 a 9 pessoas ao serviço) a grandes empresas (de 250 e mais pessoas ao serviço), o que salienta o interesse e a adesão das empresas, em Portugal, na participação ativa nesta oferta.

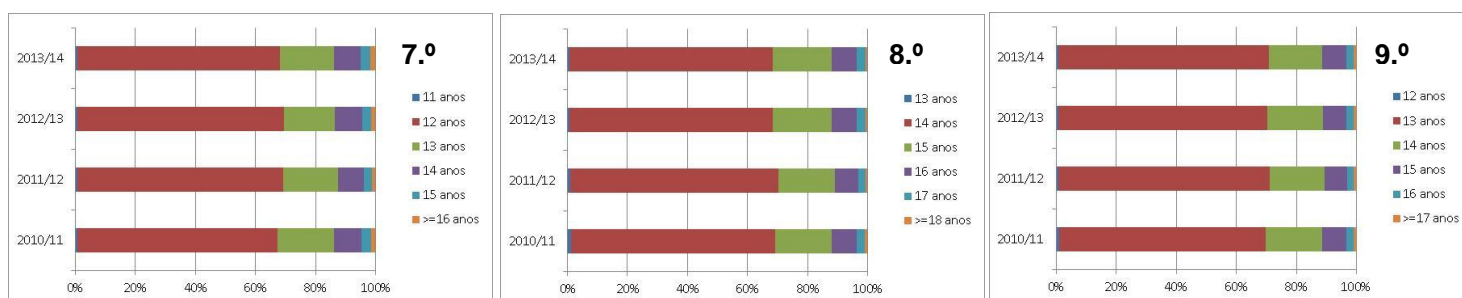
EFICÁCIA DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO E DE PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR

“The Portuguese Government's strategy for the promotion of learning and school success includes a comprehensive set of policy measures explicitly referring to the reduction of early leaving as one of the expected outcomes. Additionally the Council of Ministers of 21 June 2012 approved a decree-law with a specific chapter entitled 'Measures to prevent school failure and early school leaving' for basic and secondary education. This chapter comprises the main policy measures targeted to at-risk students and their families.

The main examples of the policy measures included in these documents are: revising the curricula; reducing grade retention by offering additional support to those who did not pass the examinations so that they have a second chance to pass them, thanks to an additional period at the end of the school year; allowing schools to introduce a second teacher in some classes with higher risk of students' failure and drop-out; fostering collaborative practices among students; building temporary flexible groups of students, independently of their classes, to specifically support them, foster their learning and achievement; increasing the flexibility and permeability of the educational pathways by experimenting the dual model in vocational training through a joint partnership of schools, companies and municipalities; increasing VET access and quality;...”

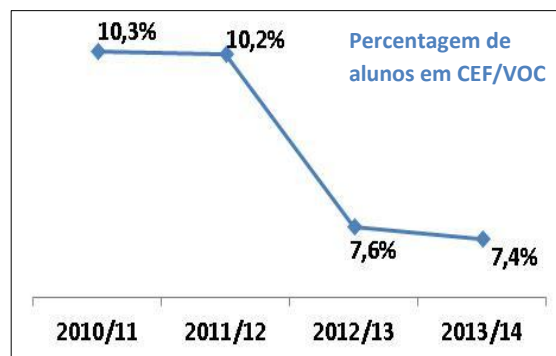
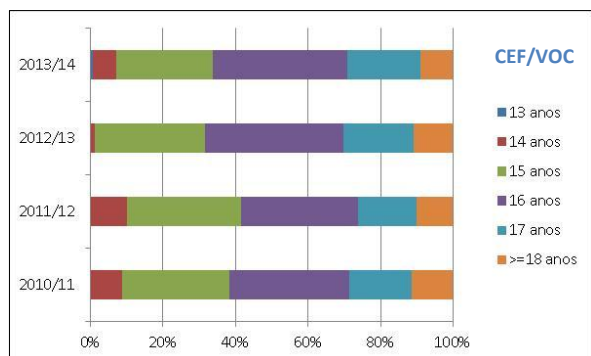
[Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures].

Sobre as medidas e as ofertas implementadas têm sido feitas várias análises que permitem acompanhá-las. Por exemplo, um estudo da DGEEC analisou a evolução da distribuição etária ao longo de cada ano letivo (2010/11, 2011/12, 2012/13, 2013/14) no 3.º ciclo do ensino básico como uma das formas de verificar a eficácia das medidas implementação e das ofertas implementadas. Concluiu-se que apesar do alargamento da escolaridade obrigatória, a distribuição etária em qualquer dos anos do Ensino Básico Geral manteve-se estável e até com algum acréscimo da percentagem de alunos na idade modal para cada um dos anos de escolaridade (7.º, 8.º e 9.º anos).



Da evolução da distribuição etária ao longo de cada ano letivo (2010/11, 2011/12, 2012/13, 2013/14) no 3.º ciclo do ensino básico, nas modalidades destinadas a incentivar os alunos com mais dificuldades e histórico de repetências - Cursos de Educação e Formação (CEF) e Cursos Vocacionais de Básico (VOC) – observa-se o decréscimo de 2 pp na faixa etária dos maiores de 18 anos.

Quanto à percentagem de alunos nestas ofertas é de assinalar o decréscimo que se tem vindo a registar desde 2010/11. De facto em 2010/11 os alunos que frequentavam cursos CEFs representavam 10,3% do total de alunos do 3.º ciclo, e em 2013/14 já representavam apenas 7,4%. É de notar ainda que os números provisórios de 2014/15 apontam para uma nova descida, devendo a percentagem situar-se nos 6,9%.



CONCLUSÕES

Ao longo destes quatro anos foram envolvidos nos cursos vocacionais agentes muito diversos: alunos, professores, dirigentes escolares, pais, empresas, instituições de ensino politécnico e autarquias. Todos vivenciaram uma experiência muito rica. Foram recolhidas informações muito pormenorizadas com base nas observações de alunos, professores e escolas. Foi sistematizada a experiência do Grupo de Acompanhamento, que tem estado em contacto permanente com a evolução dos cursos vocacionais. Foi carreado um conjunto de comentários e análises de organizações e estudos internacionais. Foi feito um estudo por uma Comissão de Avaliação externa, composta por peritos nacionais e internacionais. E foi sistematizada a informação estatística disponível. A partir da análise desta experiência por todos estes meios é possível agora generalizar a oferta de cursos vocacionais, integrando-a na rede de ofertas regulares do MEC.

As conclusões podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1 – **Adequabilidade à população-alvo** – Nos quatro anos que são objeto desta experiência-piloto, foi possível verificar a relevância e a pertinência desta oferta para o público estudantil a que se destina e acautelar aspetos que podem favorecer o sucesso escolar dos jovens que, em dado momento, não se adaptam a outras ofertas existentes no sistema educativo.

2 – **Sucesso Educativo** – As taxas de abandono e de sucesso apuradas ao momento revelam um impacto positivo e significativo na promoção do sucesso escolar e no combate ao abandono escolar, cumprindo-se a finalidade pretendida na criação desta oferta.

3 – **Formação vocacional, qualificação profissionalizante e empregabilidade** – Verifica-se a importância fundamental, devidamente comprovada pela evolução dos dados recolhidos, da potencialidade da articulação entre as escolas e as empresas nos benefícios para a formação dos jovens envolvidos. É imperativo continuar a aprofundá-la, garantindo que as escolas intensificam a cooperação com o mundo empresarial. A grande componente prática desta oferta tem assegurado aos alunos uma empregabilidade muito significativa, confirmando neste universo restrito dos primeiros qualificados o que vários estudos têm vindo a sublinhar.

4 – **Envolvimento de parceiros externos** – Os dados recolhidos ao longo deste período, bem como o envolvimento voluntário e crescente das empresas e das autarquias na identificação das necessidades locais de qualificados em áreas determinantes para o desenvolvimento económico, revelam os principais benefícios já alcançados para os alunos, para as empresas envolvidas e para as regiões, corroborando uma avaliação global da experiência-piloto bastante positiva.

Tendo em vista que a oferta de Cursos Vocacionais constitui um contributo significativo para que próximas gerações adquiram uma qualificação com uma formação geral sólida adequada, que permita prosseguir estudos e permita reorientar para escolhas profissionais desejadas, importa, no momento em que se concretiza a integração e generalização desta oferta na rede de oferta do MEC, efetuar eventuais ajustes ou correções que apontem para o fortalecimento e consolidação desta oferta no futuro.

Este processo de avaliação permite encarar esses ajustes de forma mais sólida e contribuir para o desenvolvimento das ofertas vocacionais.